



FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AGRO-FLORESTAIS TRANSMONTANAS

Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas admite rever as Políticas Agro-rurais

A DRAPN realizou hoje uma reunião em Mirandela com a participação do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Secretários de Estado, Presidentes e Directores das Instituições centrais do Ministério e ainda com a presença e participação das várias estruturas associativas da área da Direcção Regional Agricultura e Pescas do Norte.

Nesta reunião os representantes da CNA tiveram a oportunidade de colocar os principais problemas com que se debate a agricultura Transmontana e Duriense, reclamando do Ministro várias medidas concretas para minorar tais efeitos:

Do acervo de questões mereceram particular acuidade a necessidade de pôr em funcionamento os Conselhos consultivos Regionais do Ministério da Agricultura, com a participação dos representantes do Movimento Associativo regional; a inflexão das políticas agro-florestais que tão nocivas têm sido para a região e para a balança comercial; que a organização das fileiras agrícolas tenha em conta a efectiva remuneração do trabalho da pequena produção como pressuposto necessário à defesa do meio ambiente e à soberania alimentar; as dificuldades de escoamento das principais produções agrícolas – batata, cereal, vinho, azeite, carne, castanha e frutos secos; a necessidade de se rever o actual modelo de sanidade animal, não obstante os investimentos efectuados, continua a exhibir taxas de doenças muito acima de outras regiões e da média comunitária (uma em cada 10

explorações estão infectadas). Foram ainda colocados as questões da segurança social dos agricultores; os prejuízos das intempéries na região demarcada do Douro com a queda de muros e patamares e a destruição das estufas pelo excesso de neve em vários concelhos da região; foi ainda colocada a revisão e a agilização do PRODER e a necessidade de o adequar à tipologia das explorações da agricultura familiar, assim como as questões da floresta e dos baldios particularmente nas questões financeiras, planos de utilização dos baldios e na constituição das ZIFs. Por último, foi chamada a atenção do ministro para a necessidade de reparar injustiças na distribuição das ajudas comunitárias, a necessidade do pagamento das dívidas do Estado na Formação profissional.

Numa breve resposta às múltiplas questões e inquietações colocadas, o ministro reafirmou estar de acordo com o diagnóstico feito sobre as consequências das reformas da PAC para a agricultura e para o mundo rural. Reformas que têm privilegiado as grandes explorações em detrimento das pequenas. Afirmou que o ministério está a proceder à reformulação e agilização do PRODER aproveitando a margem de manobra nacional para efectuar algumas alterações. Entende ser defensável que na próxima reforma da PAC, para além da valorização económica e do rendimento dos agricultores, é necessário que as explorações não viáveis sejam devidamente compensadas nas suas valências ambientais, na preservação da paisagem e na defesa do ecossistemas e gestão dos espaço territorial. Afirmou ainda, que as restantes questões levantadas estão a ser estudadas e equacionadas pelo ministério. Manifestou disponibilidade para no final do ano, promover nova reunião para se efectuar o balanço do que se realizou.

Vila Real, 20 de Janeiro de 2010

A Direcção da FAGRORURAL